

# A cooperação missionária à luz do magistério do Papa Francisco

*La cooperación misionera a la luz del Magisterio del Papa Francisco*

*Missionary cooperation in the light of the Magisterium of Pope Francis*

Estevão Raschietti<sup>1</sup>



**Resumo:** A tese do texto que apresentamos é que a cooperação missionária intereclesial é o novo nome da missão ad gentes/ad extra. A missão abarca hoje em dia toda atividade de cada igreja local, dentro do seu contexto sociocultural e fora dele como cooperação missionária com outras igrejas locais. Protagonista da missão é sempre a Igreja local. A relevância da cooperação missionária intereclesial se dá em sete dimensões: teológica, eclesiológica, antropológica, sinodal, pluriversal, ministerial e operacional.

**Palavras Chaves:** Francisco; cooperação missionária; missão.

**Resumen:** La tesis del texto que presentamos es que la cooperación misionera intereclesial es el nuevo nombre de la misión ad gentes/ad extra. Hoy en día, la misión abarca toda la actividad de cada iglesia local, dentro y fuera de su contexto sociocultural, como cooperación misionera con otras iglesias locales. El protagonista de la misión es siempre la Iglesia local. La relevancia de la cooperación misionera intereclesial se da en siete dimensiones: teológica, eclesiológica, antropológica, sinodal, pluriversal, ministerial y operativa.

**Palabras clave:** Francisco; cooperación misionera; misión.

**Abstract:** The thesis of the text that we present is that inter-ecclesial missionary cooperation is the new name of the mission ad gentes/ad extra. Today, the mission encompasses all activities of each local church, within its socio-cultural context and outside of it as missionary cooperation with other local churches. Protagonist of the mission is always the local Church. The relevance of inter-ecclesial missionary cooperation takes place in seven dimensions: theological, ecclesiological, anthropological, synodal, pluriversal, ministerial and operational.

**Keywords:** Francis; missionary cooperation; mission.

<sup>1</sup> Mestre em Teologia Dogmática e doutor em Teologia com concentração em Teologia Sistemático-Pastoral pela PUCPR. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0795006395717845> Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6235-8946> E-mail: [rasquio@yahoo.com.br](mailto:rasquio@yahoo.com.br)



## 1. Introdução

Abordar o tema da cooperação missionária entre as igrejas locais é da mais absoluta importância para entender corretamente a validade da missão *ad gentes* hoje em seu significado mais fundamental, em suas correlações teológicas e implicações pastorais e em suas diversas dimensões vitais para o discipulado missionário.

Sim, porque a cooperação missionária não seria apenas aquela ação de apoio e de colaboração do Povos de Deus à atividade dos missionários, das missionárias e dos seus institutos: a cooperação missionária é, de alguma maneira, o nome próprio da missão *ad gentes/ad extra* ou, como a chamamos aqui na América Latina e Caribe, da missão além-fronteiras. Uma missão pluriversal, sinodal e intereclesial em saída. Essa é a tese que defenderemos neste ensaio. Nesse intento, nos inspiraremos no magistério do Papa Francisco, profundamente enraizado na herança conciliar e na caminhada da Igreja Latino-americana e caribenha.

Apresentamos aqui sete dimensões da cooperação missionária, a sinalizar a altura, o comprimento e a profundidade da relevância dessa temática para a vida e ação das igrejas no nosso continente e a partir do nosso continente.

## 2. A dimensão teológica da cooperação missionária

O documento da Congregação para a Evangelização dos Povos *Cooperatio Missionalis* (1998), na primeira sessão dedicada aos princípios doutrinários, fala da "*missio Dei*" (CM 2) e da "*missio ecclesiae*" que nasce do "amor fontal" do Pai (CM 1; AG 2). Deus é o primeiro missionário: quem renasce nele se torna missionário. Todo batizado, portanto, é chamado a entrar nessa "corrente de atividade sobrenatural" (CM 2), ou como deixa claramente a entender o Documento de Aparecida, ao participarmos da missão de Deus nos tornamos "participantes da natureza divina (2Pd 1,4)" (DAp 348). Em outras palavras, a missão insere todo nosso ser no mistério divino e o mistério divino, profundamente vivido, nos torna verdadeiramente missionários.

Todavia, isso não significa propriamente, como diz a Instrução, que a Igreja "se apresenta ao mundo como a prolongação do mistério de Cristo", ou que haja uma "continuidade" com a missão do Filho. O conceito de "*missio Dei*" quer revelar um Deus Trindade missão na sua essência, ou imanência, e missionário realmente atuante na história da humanidade em sua dimensão econômica. O Pai, o Filho e o Espírito continuam sua missão e não delegaram sua missão a uma instituição chamada Igreja. Na realidade, a Igreja coopera com a missão de Deus Trindade. E isso Francisco parece ter muito claro, quando afirma:

Em qualquer forma de evangelização, o primado é sempre de Deus, que quis chamar-nos para cooperar com Ele e impelir-nos com a força do seu Espírito. A verdadeira novidade é aquela que o próprio Deus misteriosamente quer produzir, aquela que Ele inspira, aquela que Ele provoca, aquela que Ele orienta e acompanha de mil e uma

maneiras. Em toda a vida da Igreja, deve-se sempre manifestar que a iniciativa pertence a Deus (EG 12).

O termo “cooperação” é de origem paulina. Com efeito, na 1ª Carta aos Coríntios encontramos escrito:

Eu plantei, Apolo regou, mas é Deus que faz crescer. Assim, aquele que planta não é nada, e aquele que rega também não é nada: só Deus é que conta, pois é ele quem faz crescer. Aquele que planta e aquele que rega são iguais; e cada um vai receber o seu próprio salário, segundo a medida do seu trabalho. Nós somos cooperadores (*συνεργοί*) de Deus, mas o campo e a construção de Deus são vocês (1Cor 3,9).

Contudo, também encontramos no NT o inverso, no último versículo do Evangelho de Marcos – que, sabemos, não é de Marcos – que mostra como Deus coopera com os apóstolos: Eles partiram e pregaram por toda parte, e o Senhor cooperava (*συνεργούντος*) confirmando a palavra com os sinais que a acompanhavam (Mc 16,20).

Essa interessantíssima interação entre Deus e a Igreja missionária foi tema de uma audiência de Paulo VI, de retorno de uma viagem a Uganda em agosto de 1969. O Papa, nessa ocasião, se pergunta: por que o Evangelho não se difunde por si mesmo, como as descobertas científicas, como as ideias da moda, como as notícias (hoje diríamos as fake-news)? Por que o Evangelho não tem essa virtude de difusão espontânea? Porque a rede de comunicação da fé, diz o Papa, é essencialmente o contato humano para que o Evangelho alcance o coração das pessoas. E isso é simplesmente paradoxal, afirma Paulo VI: o mistério de Deus precisa do ministério do missionário e da missionária: “A caridade de Deus mete em marcha a caridade do homem para realizar seu projeto histórico e social no mundo” (Paulo VI, 1969). Ou melhor, como sintetiza Francisco: “Cristo, com o seu Espírito, dá testemunho de Si próprio através das obras que realiza em nós e conosco” (Francisco, 2020).

### 3. A dimensão eclesiológica da cooperação missionária

Certamente, de um ponto de vista eclesiológico, um papel principal na missão de anunciar o Evangelho toca sem dúvida a Igreja, simplesmente porque esse papel a define em quanto tal na sua essência: “A Igreja peregrina é missionária por natureza” (AG 2). É “missionária” e, portanto, “enviada” diz o Decreto Ad Gentes, e não “missionante”, como aquela instituição que somente “envia” missionários. A missão não é eclesiocêntrica, e sim teocêntrica: não é uma ação de expansão da Igreja, mas é essencialmente uma dinâmica divina.

Contudo, como sabemos, a maior novidade do Vaticano II foi o resgate da igreja local em sua essência fundamental e em seu protagonismo apostólico, não mais considerada “parte” ou “parcela” da Igreja universal, mas “porção” (*portio*) do Povo de Deus. Nela tem “toda” a Igreja mesmo que não seja a Igreja toda. A Igreja só existe concretamente a partir das igrejas locais (LG 23) e não na abstração da Igreja universal, pois “nessas comunidades, embora muitas vezes pequenas e pobres ou dispersas, está presente Cristo, por cuja virtude se reúne a Igreja una, santa, católica e apostólica” (LG 26).



Ao reconhecer a dignidade e a igualdade de cada Igreja local no mundo, todas “missionárias” por natureza – e não somente algumas “missionárias” porque igrejas jovens não suficientemente constituídas – o concílio também sinaliza em definir a Igreja universal não uma igreja acima das outras, nem uma soma de igrejas locais, menos ainda a totalidade da Igreja, e sim uma comunhão entre igrejas, unida pelo espírito de catolicidade de cada uma delas e, portanto, de cooperação missionária de umas com as outras. Seguindo esse intuito, o Decreto Ad Gentes coloca as igrejas locais como protagonistas da missão, antes dos missionários e de seus institutos (cap. III). Porque, de fato, a missão ad gentes, mesmo definida em sua atividade característica de primeiro anúncio, é sempre a primordial tarefa de qualquer igreja, tanto em seu território ad intra (AG 20a), como ad extra, cooperando com outras igrejas (AG 20h; LG 23). Isso define uma Igreja em estado permanente de missão.

Dessa maneira se passa da (antiga) noção de “missões estrangeiras” (*missiones exterae*), para um serviço missionário de cooperação intereclesial. As igrejas locais, mesmo representando uma presença cristã ao estado nuclear num imenso território densamente povoado, são sujeitos primeiro do anúncio do Evangelho naquele contexto e no meio daquele povo. Podem, e muitas vezes precisam, ser auxiliadas por missionários consagrados ou leigos provenientes de outras igrejas, sempre, porém, coordenando a evangelização entre todos os agentes que integram seu plano de ação. Igualmente, cada uma dessas igrejas locais deverá participar “o quanto antes da missão universal da Igreja, também enviando missionários a anunciar o Evangelho por toda a terra, ainda que elas sofram de falta de clero” (AG 20h), pois “o apoio mútuo entre as Igrejas locais tem sido o sinal da Igreja universal” (Francisco, 2018).

#### 4. A dimensão antropológica da cooperação missionária

Já as “missões estrangeiras” eram ações planejadas pela igreja universal, desde fora. Consistiam no envio de missionários “profissionais” em terras pagãs para fundar igrejas *ex nihilo*. As “missões” – o próprio uso dessa palavra – surgiram na época colonial. Partiam de maneira unidirecional das metrópoles europeias com destino às colônias, para civilizar e cristianizar as populações sujeitadas: o missionário era estrangeiro, a igreja era estrangeira, as terras de missão se tornavam logo “terras das congregações estrangeiras” (Manna, 1998[1929], p. 129) que tomavam conta daquele pedaço de mundo.

Finalidade da “missão estrangeira” era a implantação da igreja e salvação das almas. O processo de formação de uma igreja não visava estritamente a inculturação, e sim a integração à igreja universal dos povos não cristãos num modelo de igreja que era o ocidental, europeu, latino. De alguma forma, visava-se uma certa adaptação aos costumes locais, considerando essa adaptação mais uma “concessão” do que um “reconhecimento” da cultura local. Nesse sentido a missão moderna *ad gentes* foi de fato o braço espiritual do colonialismo, a quintessência da conquista do resto do mundo por parte do Ocidente. Se por um lado os missionários lutaram para denunciar os inúmeros e graves crimes dos colonizadores contra as populações originárias dos vários continentes, por outro lado nunca questionaram as intenções, consideradas boas, da obra colonial.



Quando dizemos “missão ad gentes”, dizemos “missão colonial”, do superior ao inferior, do civilizado ao bárbaro, do branco ao índio e do negro, do rico ao pobre, do cristão ao pagão, que sem dúvida possui alma e razão, mas não sabe como usá-las adequadamente. Como subordinado, o outro é sempre alguém a ser educado, a ser civilizado, a ser cristianizado, para tornar-se “igual a nós”.

Francisco insiste muitas vezes sobre a superação da questão colonial, da missão etnocêntrica e da apologia nacionalista, que desde a Carta Apostólica *Maximum Illud* de Bento XV (1919) foi percebida como um dos problemas principais para a evangelização; mas também convida os organismos missionários a não padronizar as formas de anúncio e a não promover homogeneizações culturais com características neocoloniais, e sim refletir a rica variedade do povo de Deus com muitos rostos (Francisco, 2020). A missão não pode se tornar cúmplice do roubo da alma dos povos (FT 14). E mais ainda, deve instaurar um diálogo com “interlocutores” e não com “destinatários” do Evangelho. Em Querida Amazônia, Francisco afirma que

A Amazônia deveria ser também um local de diálogo social, especialmente entre os diferentes povos nativos, para encontrar formas de comunhão e luta conjunta. Os demais, somos chamados a participar como “convidados”, procurando com o máximo respeito encontrar vias de encontro que enriqueçam a Amazônia. Mas, se queremos dialogar, devemos começar pelos últimos. Estes não são apenas um interlocutor que é preciso convencer, nem mais um que está sentado a uma mesa de iguais. Mas são os principais interlocutores, dos quais primeiro devemos aprender, a quem temos de escutar por um dever de justiça e a quem devemos pedir autorização para poder apresentar as nossas propostas. A sua palavra, as suas esperanças, os seus receios deveriam ser a voz mais forte em qualquer mesa de diálogo sobre a Amazônia. E a grande questão é: Como imaginam eles o «bem viver» para si e seus descendentes?

O diálogo não se deve limitar a privilegiar a opção preferencial pela defesa dos pobres, marginalizados e excluídos, mas há de também respeitá-los como protagonistas. Trata-se de reconhecer o outro e apreciá-lo «como outro», com a sua sensibilidade, as suas opções mais íntimas, o seu modo de viver e trabalhar. Caso contrário, o resultado será, como sempre, “um projeto de poucos para poucos”, quando não “um consenso de escritório ou uma paz efêmera para uma minoria feliz”. Se tal acontecer, “é necessária uma voz profética” e, como cristãos, somos chamados a fazê-la ouvir (QAm 26-27).

Aqui estão as grandes linhas para uma evangélica cooperação missionária intereclesial: sermos hóspedes na casa dos outros; aprender com nossos interlocutores, escutar, pedir permissão; reconhecê-los como protagonistas.



## 5. A dimensão sinodal da cooperação missionária

A Encíclica *Redemptoris Missio*, de João Paulo II, insiste sobre a cooperação missionária como participação intereclesial de todo o Povo de Deus à missão universal da Igreja, direito e dever de todos os batizados, e que promova uma dinâmica de reciprocidade, para que não haja de mão única um benfeitor e um beneficiado:

Cooperar para a missão não significa apenas dar, mas também saber receber. Todas as Igrejas particulares, jovens e antigas, são chamadas a dar e a receber da missão universal, e nenhuma se deve fechar em si própria (RMi 85).

Essa reciprocidade e esse intercâmbio são elementos típicos da missão entendida como cooperação. Afinal é a dimensão da missão assim chamada inter-gentes. Mas muito mais: a missão se realiza não numa aventura solitária, e sim num trabalho “em mutirão”, numa obra em conjunto, eminentemente eclesial e sinodal.

Em virtude do Batismo recebido, cada membro do povo de Deus tornou-se discípulo missionário. Cada um dos batizados, independentemente da própria função na Igreja e do grau de instrução da sua fé, é um sujeito ativo de evangelização, e seria inapropriado pensar num esquema de evangelização realizado por agentes qualificados enquanto o resto do povo fiel seria apenas receptor das suas ações. (EG 120)

O tema da sinodalidade é intimamente conjunto ao da missionariedade. Não há missão sem sinodalidade e vice-versa, não há sinodalidade sem missão. Pois a sinodalidade não deve ser entendida, a rigor, como um processo intra-eclesial, que responde a reivindicações de *aggiornamento*, de desburocratização, de reconhecimento e de cobrança de espaço por parte dos fiéis leigos. A sinodalidade não é uma maquiagem democrática da Igreja para que se pareça mais a passo com os tempos. Mas não. Francisco, na Constituição Apostólica *Episcopalis Communio* (EC), documento normalmente utilizado para intervir no plano legislativo, tem a peito duas características dessa sinodalidade: que se torne “um canal proporcionado mais à evangelização do mundo atual que à autopreservação” (EC 1), e que se torne também “um instrumento privilegiado de escuta do Povo de Deus”.

Também, no que diz respeito propriamente à missão, a sinodalidade contribui a partir do sentido etimológico de “caminhar juntos”. A imagem do caminho é a própria imagem da missão de uma Igreja peregrina “em saída” que se “desloca” continuamente rumo às periferias. Os discípulos de Jesus se identificaram como os do “Caminho”. O “caminho” é ao mesmo tempo o conteúdo e o itinerário da missão. Jesus estava sempre a caminho, percorrendo “todas as cidades e povoados, ensinando em suas sinagogas, pregando a Boa Notícia do Reino, e curando todo tipo de doença e enfermidade” (Mt 9,35), e os discípulos atrás. No caminho da missão se dá também a formação dos discípulos: “A intimidade da Igreja com Jesus é uma intimidade itinerante, e a comunhão reveste essencialmente a forma de comunhão missionária” (EG 23).





É crucial para todos nós entendermos a missão como base da proposta cristã, onde o essencial não é uma vida compartilhada entre nós, mas uma missão assumida em comum. Podemos afirmar que esse é o divisor das águas entre uma simples adesão religiosa-confessional e uma verdadeira “comunidade” de irmãos e de irmãs, discípulos-missionários do Senhor.

Ao mesmo tempo, se a comunidade acontece na missão, também a missão acontece em comunidade, certamente porque o mundo contemporâneo exige um testemunho de comunhão, de fraternidade e de diálogo, e porque precisamos garantir uma maior eficácia às nossas ações com uma maior coordenação e sinergia. Mas não é só por causa disso: a missão é chamada nos tempos atuais, não tanto a se situar no âmbito da atividade, e sim primariamente no âmbito das relações, pois a tarefa fundamental que temos a cumprir é abrir novos caminhos de escuta e proximidade, costurando laços de confiança e de amizade, numa aliança com os diversos projetos de vida dos povos, para que todos tenham vida, e vida em abundância.

## 6. A dimensão pluriversal da cooperação missionária

Evidentemente, com o termo “pluriversal” estamos falando da dimensão “universal” da cooperação missionária intereclesial, assumida, vivida e atuada, porém, em diversas maneiras nas diferentes culturas, comunidades e contextos. Aparecida por sua vez nos lembra que:

o mundo espera de nossa Igreja latino-americana e caribenha um compromisso mais significativo com a missão universal em todos os Continentes. Para não cairmos na armadilha de nos fechar em nós mesmos, devemos formar-nos como discípulos missionários sem fronteiras (DAp 376).

Também Francisco rebate:

Perante a tentação das comunidades de se fecharem em si mesmas - é uma tentação muito frequente, muito frequente de se fecharem em si mesmas - preocupadas com os seus próprios problemas, a vossa tarefa é exortar a missão ad gentes, testemunhar profeticamente que a vida da Igreja e das Igrejas é missão, e é missão universal (Francisco, 2013).

Todavia, há sempre uma tensão entre o local e o global. O todo é superior à parte, diz Francisco. Por outro lado, é preciso caminhar com os pés no chão, que nos impede de viver num universalismo abstrato. Portanto, se o todo é mais do que a parte, também é mais do que a simples soma delas. Não devemos viver, diz Francisco, demasiado obcecados por questões particulares: é preciso alargar sempre o olhar para reconhecer um bem maior pelo qual devemos lutar. Contudo, é preciso se abrir ao universal sem se evadir nem se desenraizar. Trabalha-se no pequeno, no que está próximo, mas com uma perspectiva mais ampla.



Mas há um outro aspecto que devemos ter presente nessa abertura e nessa participação de cada parte ao todo: cada parte, cada igreja, cada cultura, abre-se à universal a seu modo, com seus recursos, com seus próprios caminhos. A imagem, afirma Francisco, é do poliedro, não da esfera. Padronizar a cooperação intereclesial em critérios universais válidos para todos, significa impor uma única forma de cultura imperante. A participação à comunhão missionária há de ser pluriversal, há de surgir da gratuidade evangélica – “segundo os meios que vocês têm” (2Cor 8,11) – e há de ser humilde, sem ostentação, sem triunfalismos – “que a tua esquerda não saiba o que faz a tua direita” (Mt 6,3).

A América Latina e o Caribe não de encontrar seus caminhos sem se preocupar demasiadamente de compará-los aos de outras Igrejas, em particular as norte-americanas e as europeias. Entretanto, é preciso encontrar esses caminhos, precisamos trabalhar muito para que as nossas comunidades cultivem profundamente aquele espírito católico que está convencido de que “a graça da renovação não pode crescer nas comunidades, a não ser que cada uma dilate o campo da sua caridade até aos confins da terra e tenha igual solicitude pelos que são de longe como pelos que são seus próprios membros” (AG 37).

Hoje, adquirir esse espírito é uma prioridade pastoral de conversão para uma Igreja em saída. Segundo Galileia dizia que é preciso enfrentar “o desafio missionário de ‘dar de nossa pobreza’ ou de ficar indefinidamente empobrecidos” (1983, p. 22). A abertura ad gentes e a cooperação missionária não são consequência de uma maturidade eclesial, mas são condição para uma maturidade eclesial: “enquanto não forem alcançadas [uma saída de si], não se terá chegado à maturidade na evangelização” (Galileia, 1983, p. 9).

## 7. A dimensão ministerial da cooperação missionária

Certamente, pensar numa cooperação intereclesial em nível mundial, olhando para as necessidades das igrejas espalhadas nos seis continentes, é pensar na necessidade de organismos de coordenação e articulação como as Pontifícias Obras Missionárias e os Conselhos Missionários. De propósito, nós falamos aqui de “dimensão ministerial” e não de “dimensão institucional” da cooperação missionária, para frisarmos a tônica de serviço (*minus-stare*), tão cara a Francisco e ilustrada com a metáfora da pirâmide invertida.

No entanto, organismos eclesiais encarregados de “dirigir e coordenar em toda parte as iniciativas e atividades de cooperação missionária” (CM 3), correm o risco de um certo centralismo autorreferencial, sustentado pela “ânsia de comando” e pela “presunção de exercer o papel de depositários” (Francisco, 2020): um “nós” que pretende dizer o que é missão, para onde vai a missão e o que tem que ser feito em relação à missão.

Não há como não fazer uma referência à mensagem de Francisco à Assembleia Geral das Pontifícias Obras Missionárias em maio de 2020. Nessa ocasião, várias afirmações contundentes do Papa parecem chamar a atenção de todos nós:

Na Igreja, há muitas situações em que o primado da graça permanece apenas como um postulado teórico, uma fórmula abstrata.

Acontece que muitas iniciativas e organismos ligados à Igreja, em vez de deixar transparecer a atividade do Espírito Santo, acabam por dar testemunho apenas da sua autorreferencialidade. Muitos sistemas eclesiais, em todos os níveis, parecem absorvidos pela obsessão de se promover a si mesmos e às suas iniciativas; como se isso fosse o objetivo e o horizonte da sua missão.

Comportamo-nos como:

Uma classe superior de especialistas que procura ampliar os seus espaços em cumplicidade ou em concorrência com outras elites eclesiais, e prepara os seus membros segundo os sistemas e as lógicas mundanas da militância ou da competência técnico-profissional, sempre com a intenção principal de promover as suas prerrogativas oligárquicas.

Nalgumas realidades ligadas à Igreja – continua Francisco – a tentação elitista é às vezes acompanhada por um sentimento de superioridade e impaciência face à multidão dos batizados (...). O próprio povo de Deus é visto como uma massa inerte, que precisa incessantemente de ser animada e mobilizada através duma «tomada de consciência» [como] se a fé fosse consequência de um discurso persuasivo ou de métodos de preparação.

Diante dessas palavras, necessitamos concordar com o Papa que a cooperação missionária, por parte dos organismos antepostos a coordenar esse serviço, pode cair sim nessa armadilha funcionalista: o anseio obsessivo para que o povo de Deus na América assumisse essa consciência universal, produza frutos concretos de compromisso missionário ad gentes dentro de determinados esquemas, e a animação missionária seja realmente eficaz em sua atuação, particularmente na coleta de recursos econômicos e na promoção de vocações missionárias, transforma às vezes os organismos missionários em ONGs em função apenas de si mesmos.

Parece que a cooperação missionária tem que passar também pela conversão pastoral: “salvaguardar e redescobrir a inserção dos organismos missionários no seio do povo de Deus, a sua imanência na trama da vida real em que nasceram. Será útil uma ‘imersão’ mais intensa na vida real das pessoas, tal como é” (Francisco, 2020). É nesse sentido que a cooperação missionária poderá encontrar caminhos de partilha, de proximidade e de encontro com as diversas realidades mundiais, exatamente colocando-se humildemente a serviço numa atuação missionária gratuita, paciente, facilitadora e, sobretudo, orgânica.

## 8. A dimensão operacional da cooperação missionária

Essa conversão pastoral convida a não olhar só para um setor da missão, mas a “viver” a missão enquanto tal, na sua integralidade e na sua genuinidade profética. Dessa maneira,



não deve distrair e sim incentivar a cooperação missionária a perseguir seus objetivos primários de dedicar-se com toda a energia para que o povo de Deus colabore efetivamente na obra missionária universal.

Com efeito, Papa Francisco convida as POM (Pontifícias Obras Missionárias) a redescobrir suas raízes populares, sobretudo em promover a oração e a caridade, como fossem dois trilhos sobre os quais fazer avançar a caravana da cooperação: o aporte do Espírito e o aporte humano. A oração para Francisco é a primeira das obras missionárias e também a mais eficaz, embora não se possa medir. A oração faz jus à primazia da ação de Deus no mundo. Por outro lado, a caridade, a partilha dos bens, o ministério da gratuidade, expressam eminentemente a fraternidade e a solidariedade evangélica, concreta, histórica, da comunidade eclesial para com a missão ad gentes e ad extra e, principalmente, com as necessidades de outras igrejas.

A Igreja, missionária por natureza, tem como prerrogativa fundamental o serviço da caridade a todos. A fraternidade e a solidariedade universal são naturais à sua vida e à sua missão no mundo e para o mundo. A evangelização, que deve chegar a todos, é chamada, porém, a partir dos últimos, dos pobres, daqueles que se dobram sob o peso e o cansaço da vida (Francisco, 2020).

Não somente dos nossos pobres, mas dos pobres dos outros, de todos os pobres: não serve como justificativa que já temos pobres, para não partilhar da nossa pobreza, como diria Puebla. A missão em suas fronteiras mais desafiadoras, onde a comunidade local está exposta a muitas dificuldades, onde precisa socorrer inúmeras situações, onde dispõe de recursos mínimos para sua própria subsistência, constitui sempre um ônus a ser assumido junto à comunidade maior. A Igreja, portanto, que opta por estar junto com os pobres e os excluídos nas periferias globais e existências precisa contar com as condições mínimas necessárias para viabilizar sua presença e seus serviços, garantidas pela cooperação missionária das outras comunidades. Contudo, o aporte mais significativo nessa singela dinâmica eclesial é o envio e o engajamento de missionários e missionárias de uma Igreja para outra. Não tem nada de mais expressivo e testemunhal do que o dom da vida. Esse pode ser vivido de três maneiras básicas: na modalidade itinerante, na modalidade temporária e na modalidade residente.

Na tradição católica, essa última é quase totalmente reservada à vida religiosa consagrada, que sempre brilhou na história da Igreja pela entrega a uma missão ad vitam nas situações mais difíceis, que demandavam um grau de inserção e de aculturação extremamente exigente. Na tradição protestante, porém, foram as associações de leigos e leigas a abraçar esta causa. Seja como for, não está precluso ao laicato também participar da missão ad gentes e além-fronteiras, e mesmo por breves períodos ter a ocasião de partilhar a fé e o amor de Deus com outras pessoas de outros povos e participar da caminhada de outras Igrejas.

Cada um dos batizados, independentemente da própria função na Igreja e do grau de instrução da sua fé, é um sujeito ativo de evangelização, e seria inapropriado pensar num esquema de evangelização realizado por agentes qualificados enquanto o resto do povo fiel seria apenas receptor das suas ações (EG 120). Portanto, também será preciso valorizar as diversas



experiências missionárias vividas em diferentes maneiras, segundo a vocação e as possibilidades concretas de cada batizado e batizada e de cada comunidade eclesial: não podemos e não devemos sujeitar a generosidade e o impulso missionário ad gentes do povo de Deus às exigências institucionais, subordinando-os a determinados estados de vida.

## 9. Conclusão

Por tudo o que argumentamos até esse momento, nos parece que a noção de cooperação missionária à luz do magistério do Papa Francisco seja a mais apropriada para configurar o compromisso da *missio ad gentes* e *ad extra* hoje. Na realidade, entender esse compromisso singelamente apostólico como “cooperação intereclesial” é recriar uma nova maneira de atuar missionariamente, adotando um novo modelo de Igreja missionária, sinodal, em saída, em que as igrejas e os povos aos quais nos dirigimos sejam verdadeiramente protagonistas.

A pergunta então à qual deveríamos responder é: qual Igreja para qual missão? Alguns justamente levantaram a questão que devemos antes formar “cristãos”, discípulos-missionários entre os nossos batizados e batizadas. Mas não há um antes e um depois entre o discipulado e a missão: o discipulado acontece em assumir a missão, não há outro caminho. Contudo, também aqui, a pergunta mais relevante seria: que tipo de discípulos missionários queremos formar, para qual Igreja e para qual missão?

## 10. Referências

BÍBLIA. **Bíblia Sagrada: tradução oficial da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil** (CNBB). 3. Ed. Brasília: Edições CNBB, 2019.

CONGREGAÇÃO PARA A EVANGELIZAÇÃO DOS POVOS. **Cooperatio Missionalis**. Roma, 1 de outubro de 1998. Disponível em: <<https://www.pom.org.br/wp-content/uploads/2021/07/COOPERATIO-MISSIONALIS.pdf>>. Acesso: 08 mar. 2023.

FRANCISCO. **Mensagem do Papa às Pontifícias Obras Missionárias**. Roma, 21 de maio de 2020. Disponível em: <[https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/pont-messages/2020/documents/papa-francesco\\_20200521\\_messaggio-pom.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/pont-messages/2020/documents/papa-francesco_20200521_messaggio-pom.html)>. Acesso: 08 mar. 2023.

FRANCISCO. **Vídeo-mensagem do Papa por ocasião da abertura oficial da Assembleia das Pontifícias Obras Missionárias**. Roma, 2018. Disponível em: <[https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/pont-messages/2018/documents/papa-francesco\\_20180528\\_videomessaggio-pont-opere-missionarie.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/pont-messages/2018/documents/papa-francesco_20180528_videomessaggio-pont-opere-missionarie.html)>. Acesso: 08 mar. 2023.

FRANCISCO. **Discurso do Santo Padre aos participantes da Assembleia Geral das Pontifícias Obras Missionárias**. Roma, 17 de maio de 2013. Disponível em: <<https://www.va->



atican.va/content/francesco/pt/speeches/2013/may/documents/papa-francesco\_20130517\_pont-opere-missionarie.html>. Acesso: 08 mar. 2023.

GALILEA, Segundo. **Responsabilidade missionária da América Latina**. Tradução José Américo Coutinho. São Paulo: Paulinas, 1983. 84 p.

MANNA, Paolo. Osservazioni sul moderno metodo di evangelizzazione. In: BUTTURINI, Giuseppe. **Le Missioni Cattoliche in Cina Tra le due guerre mondiali**. Osservazione sul metodo moderno di evangelizzazione di p. Paolo Manna. Bologna: Sermis, 1998. p. 83-286.

PAULO VI. **Audiência geral**. Roma, 6 de agosto de 1969. Disponível em: <[https://www.vatican.va/content/paul-vi/it/audiences/1969/documents/hf\\_p-vi\\_aud\\_19690806.html](https://www.vatican.va/content/paul-vi/it/audiences/1969/documents/hf_p-vi_aud_19690806.html)>. Acesso: 08 mar. 2023.



## 11. Abreviaturas

AG	Ad Gentes
CM	Cooperatio Missionalis
DAP	Documento de Aparecida
EC	Episcopalis Communio
EG	Evangelii Gaudium
FT	Fratelli Tutti
LG	Lumen Gentium
QAm	Querida Amazônia
RMI	Redemptoris Missio

Recebido: 16 de outubro de 2025

| Aprovado: 17 de dezembro de 2025

